

PREGÃO ELETRÔNICO

90016/2026

CONTRATANTE (UASG)

(929740 – CREF8/AM-AC-RO-RR)

OBJETO

contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, garantia e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, destinados à sede e às Seccionais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 63.538,08 (sessenta e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 09h30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por Grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS SIM

Sumário

EDITAL DE LICITAÇÃO	5
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	9
2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).....	9
2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.	9
I – aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;	10
II – empresa que exerça atividade incompatível com o objeto da contratação;	10
III – empresa estrangeira que não possua representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;	10
IV – autor do anteprojeto, projeto básico ou termo de referência, quando caracterizada a vedação prevista no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;	10
V – empresa ou profissional que tenha participado da elaboração dos documentos técnicos da contratação, quando configurado conflito de interesses;	10
VI – pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;.....	10
VII – pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo com dirigente, agente público ou membro da equipe responsável pela licitação, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021;	10
VIII – empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;.....	10
IX – pessoa física ou jurídica condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;	10
X – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;	10
XI – empresa que esteja cumprindo penalidade de suspensão, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.	10
2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, observadas as disposições do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.....	10
2.8. O impedimento previsto neste Edital será aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica com o objetivo de burlar sanção administrativa aplicada.	10
2.9. Equiparam-se aos autores dos documentos da contratação as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.	10
2.10. Em licitações e contratações financiadas por organismos internacionais, aplicam-se também as restrições eventualmente previstas nos respectivos instrumentos de financiamento.....	10
2.11. A vedação prevista neste item estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na condição de integrante da equipe de apoio, assessor técnico ou consultor contratado.	10
2.12. Empresas estrangeiras poderão participar da licitação desde que possuam representação legal constituída no Brasil, observadas as exigências deste Edital.	11
2.13. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, considerando que o objeto possui natureza comum, ampla disponibilidade de fornecedores no mercado e não apresenta complexidade técnica ou operacional que justifique a formação de consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.	11
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	11
3.1. O orçamento estimado da presente contratação possui caráter público e encontra-se fundamentado na pesquisa de preços realizada pela Administração, constante dos autos do Processo Administrativo nº 17/2026 e dos documentos que instruem o respectivo procedimento licitatório.....	11
3.3. Os preços ofertados deverão contemplar todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, não sendo admitidos pleitos posteriores de acréscimos decorrentes de despesas previsíveis ou inerentes ao fornecimento, instalação ou garantia dos bens.	12

3.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os quantitativos estimados, com as especificações técnicas exigidas ou com as condições de execução estabelecidas neste Edital e seus anexos.....	12
3.5. A Administração poderá promover diligências para aferição da exequibilidade da proposta, especialmente quanto aos custos relacionados ao fornecimento dos equipamentos, instalação dos aparelhos de ar-condicionado, ativação da solução de internet via satélite, montagem dos mobiliários, garantia, assistência técnica e demais obrigações previstas no Termo de Referência.....	12
3.6. A simples apresentação da proposta implica declaração de que o licitante possui pleno conhecimento das especificações técnicas, quantitativos, locais de entrega, condições de instalação e demais requisitos necessários à execução do objeto.	12
3.7. O valor estimado da contratação será divulgado no Edital, no Termo de Referência e nos documentos que compõem a fase preparatória do processo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.....	12
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	13
4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ofertado para o grupo de interesse, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.	13
4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta, observadas as disposições deste Edital.....	13
4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:	13
I – está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;.....	13
II – cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;	13
III – sua proposta compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto;	13
IV – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;.....	13
V – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;.....	13
VI – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável.	13
4.3.1. O licitante declara possuir pleno conhecimento das especificações técnicas dos equipamentos, mobiliários e serviços de instalação previstos no Termo de Referência.	13
4.3.2. O licitante declara possuir capacidade operacional compatível com o fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração e garantia dos bens objeto da contratação.	13
4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.....	13
4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006.....	13
4.6. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.....	13
4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.....	13
4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas, o que ocorrerá somente após a abertura da sessão pública e a fase de envio de lances.	13
4.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.	14
4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança do acesso.....	14
4.11. O licitante vencedor deverá apresentar proposta comercial readequada ao lance final ofertado, contendo a identificação do grupo disputado, especificação dos itens ofertados, marca, modelo, fabricante, prazo de garantia, prazo de entrega, valor unitário, valor total por item e valor total do grupo.	14

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	14
5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.....	14
5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.	14
5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes. ...	14
5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.	14
5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo para o qual o licitante estiver concorrendo.....	14
5.5.1. O julgamento será realizado de forma independente para cada grupo, podendo um mesmo licitante ser vencedor de um ou mais grupos, desde que atenda às exigências previstas neste Edital e apresente a proposta mais vantajosa para a Administração.	14
5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.	14
5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.	14
6. DA FASE DE JULGAMENTO	16
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
8. DO TERMO DE CONTRATO	20
9. DOS RECURSOS.....	21
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24
13. RESPONSÁVEIS	26

EDITAL DE LICITAÇÃO

**Pregão Eletrônico nº
90016/2026 Processo
Administrativo nº 17/2026**

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO – CREF8/AM-AC-RO-RR, Autarquia Federal instituída pela Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, sob o critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO, objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite destinados à sede e às Seccionais do CREF8/AM-AC-RO-RR.

A contratação compreenderá o fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, garantia e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

O objeto encontra-se dividido nos seguintes grupos:

- I – Grupo 01: Máquinas e Equipamentos;
- II – Grupo 02: Equipamentos de Internet Via Satélite;
- III – Grupo 03: Mobiliário Corporativo.

O procedimento licitatório será realizado por meio do sistema Compras.gov.br e será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela legislação correlata aplicável, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e no Processo Administrativo nº 17/2026.

Data da Sessão Pública: 29/06/2026

Horário: 09h30 (horário de Brasília)

Local: Sistema Compras.gov.br

Critério de Julgamento: Menor Preço por Grupo

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, garantia e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, destinados

à sede e às Seccionais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A contratação tem por finalidade promover a modernização da infraestrutura administrativa e tecnológica do CREF8/AM-AC-RO-RR, proporcionando melhores condições de trabalho, ampliação da eficiência operacional, fortalecimento da conectividade institucional, renovação do mobiliário corporativo e adequação dos ambientes administrativos da sede e das Seccionais.

1.3. Integram o escopo da contratação:

I – fornecimento e instalação de aparelho de ar-condicionado tipo Split Inverter 18.000 BTUs;

II – fornecimento de fragmentadoras de documentos de alta capacidade;

III – fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, habilitação do serviço, disponibilização de plano de conectividade com vigência mínima de 12 (doze) meses e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução;

IV – fornecimento e montagem de mobiliário corporativo, incluindo armários, mesas e cadeiras destinadas às unidades do CREF8.

1.4. O objeto encontra-se dividido em grupos distintos, conforme especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência, observando-se a compatibilidade técnica dos itens agrupados e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

1.5. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer indício de utilização anterior, acompanhados dos respectivos manuais, acessórios, certificados de garantia e demais documentos exigidos pelo fabricante.

1.6. Os serviços de instalação, montagem, ativação e configuração deverão ser executados por profissionais qualificados, observando as normas técnicas aplicáveis, as recomendações dos fabricantes e as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 – EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS	1	Aparelho de Ar-Condicionado Split Hi-Wall 18.000 BTUs, tecnologia inverter, incluindo fornecimento, instalação, materiais, acessórios, testes e entrega em pleno funcionamento – Rio Branco/AC.	633899	Unidade	01	R\$ 4.752,12	R\$ 4.752,12
	2	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Manaus/AM.	607689	Unidade	01	R\$ 3.557,74	R\$ 3.557,74
	3	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Rio Branco/AC.	607689	Unidade	01	R\$ 3.557,74	R\$ 3.557,74
	4	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Porto Velho/RO.	607689	Unidade	01	R\$ 3.557,74	R\$ 3.557,74
	5	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Boa Vista/RR.	607689	Unidade	01	R\$ 3.557,74	R\$ 3.557,74
	VALOR TOTAL GRUPO 01: R\$ 18.983,08						
GRUPO 02 – SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE VIA SATÉLITE COM PLANO DE CONECTIVIDADE DE 12 MESES	6	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, habilitação do serviço e disponibilização de plano de conectividade com vigência mínima de 12 (doze) meses, bem como todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução – Manaus/AM.	474908	Unidade	01	R\$ 7.896,68	R\$ 7.896,68
	7	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, habilitação do serviço e disponibilização de plano de conectividade com vigência mínima de 12 (doze) meses, bem como todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução – Rio Branco/AC.	474908	Unidade	01	R\$ 7.896,68	R\$ 7.896,68

	8	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, habilitação do serviço e disponibilização de plano de conectividade com vigência mínima de 12 (doze) meses, bem como todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução – Porto Velho/RO.	474908	Unidade	01	R\$ 7.896,68	R\$ 7.896,68
	9	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, habilitação do serviço e disponibilização de plano de conectividade com vigência mínima de 12 (doze) meses, bem como todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento da solução – Boa Vista/RR.	474908	Unidade	01	R\$ 7.896,68	R\$ 7.896,68
	VALOR TOTAL GRUPO 02: R\$ 31.586,72						
GRUPO 03 – MOBILIÁRIO CORPORATIVO	10	Armário multiuso em aço para armazenamento de materiais de limpeza, com portas, fechadura e prateleiras internas – Boa Vista/RR.	633709	Unidade	01	R\$ 2.750,00	R\$ 2.750,00
	11	Cadeira diretor ergonômica com encosto em tela mesh, apoio de cabeça regulável, apoio lombar ajustável e braços reguláveis – Manaus/AM.	632021	Unidade	01	R\$ 2.818,97	R\$ 2.818,97
	12	Cadeira diretor ergonômica com encosto em tela mesh, apoio de cabeça regulável, apoio lombar ajustável e braços reguláveis – Rio Branco/AC.	632021	Unidade	01	R\$ 2.818,97	R\$ 2.818,97
	13	Cadeira giratória ergonômica com regulagem de altura, braços ajustáveis e sistema back system – Rio Branco/AC.	625040	Unidade	01	R\$ 839,60	R\$ 839,60
	14	Mesa em "L" para escritório diretor, com armário lateral, gavetas, passagem para cabeamento e estrutura reforçada – Rio Branco/AC.	630278	Unidade	01	R\$ 1.672,32	R\$ 1.672,32
	15	Cadeira fixa tipo diretor, estrutura contínua em "S", braços fixos e espuma injetada de alta densidade – Rio Branco/AC.	639041	Unidade	02	R\$ 1.034,21	R\$ 2.068,42
	VALOR TOTAL GRUPO 03: R\$ 12.968,28						
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO (01, 02 E 03): R\$ 63.538,08							

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2.1. A presente licitação será realizada em ampla concorrência, assegurando-se às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e sociedades cooperativas equiparadas os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1.1. A Administração opta pela não adoção da participação exclusiva prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 49 da mesma Lei, considerando as características do objeto, a necessidade de ampliação da competitividade, a busca da proposta mais vantajosa e a mitigação do risco de licitação deserta ou fracassada.

2.2.1.2. O objeto contempla o fornecimento de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite com instalação, ativação e suporte, distribuídos em diferentes unidades federativas da área de atuação do CREF8/AM-AC-RO-RR, circunstância que recomenda a ampliação do universo de potenciais fornecedores.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

- I – aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- II – empresa que exerça atividade incompatível com o objeto da contratação;
- III – empresa estrangeira que não possua representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV – autor do anteprojeto, projeto básico ou termo de referência, quando caracterizada a vedação prevista no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- V – empresa ou profissional que tenha participado da elaboração dos documentos técnicos da contratação, quando configurado conflito de interesses;
- VI – pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- VII – pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo com dirigente, agente público ou membro da equipe responsável pela licitação, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021;
- VIII – empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;
- IX – pessoa física ou jurídica condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;
- X – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- XI – empresa que esteja cumprindo penalidade de suspensão, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, observadas as disposições do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 2.8. O impedimento previsto neste Edital será aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica com o objetivo de burlar sanção administrativa aplicada.
- 2.9. Equiparam-se aos autores dos documentos da contratação as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Em licitações e contratações financiadas por organismos internacionais, aplicam-se também as restrições eventualmente previstas nos respectivos instrumentos de financiamento.
- 2.11. A vedação prevista neste item estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na condição de integrante da equipe de apoio, assessor técnico ou consultor contratado.

2.12. Empresas estrangeiras poderão participar da licitação desde que possuam representação legal constituída no Brasil, observadas as exigências deste Edital.

2.13. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, considerando que o objeto possui natureza comum, ampla disponibilidade de fornecedores no mercado e não apresenta complexidade técnica ou operacional que justifique a formação de consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação possui caráter público e encontra-se fundamentado na pesquisa de preços realizada pela Administração, constante dos autos do Processo Administrativo nº 17/2026 e dos documentos que instruem o respectivo procedimento licitatório.

3.2. O valor estimado da contratação é de R\$ 63.538,08 (sessenta e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e oito centavos), conforme pesquisa de preços realizada pela Administração e constante dos autos do Processo Administrativo nº 17/2026.

3.2.1. O valor estimado encontra-se distribuído da seguinte forma:

I – Grupo 01 – Máquinas e Equipamentos: R\$ 18.983,08;

II – Grupo 02 – Equipamentos de Internet Via Satélite: R\$ 31.586,72;

III – Grupo 03 – Mobiliário Corporativo: R\$ 12.968,28.

3.2.2. Os valores estimados compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento integral do objeto, incluindo aquisição dos equipamentos, mobiliários, transporte, frete, seguro, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, garantia, assistência técnica, materiais complementares, tributos, encargos sociais, despesas administrativas e demais custos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais. Para a solução de conectividade via satélite, consideram-se incluídos no preço ofertado o equipamento, habilitação, ativação, instalação e todas as mensalidades necessárias para manutenção do serviço durante o período mínimo de 12 (doze) meses, vedada qualquer cobrança adicional ao CREF8

3.3. Os preços ofertados deverão contemplar todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, não sendo admitidos pleitos posteriores de acréscimos decorrentes de despesas previsíveis ou inerentes ao fornecimento, instalação ou garantia dos bens.

3.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os quantitativos estimados, com as especificações técnicas exigidas ou com as condições de execução estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.5. A Administração poderá promover diligências para aferição da exequibilidade da proposta, especialmente quanto aos custos relacionados ao fornecimento dos equipamentos, instalação dos aparelhos de ar-condicionado, ativação da solução de internet via satélite, montagem dos mobiliários, garantia, assistência técnica e demais obrigações previstas no Termo de Referência.

3.6. A simples apresentação da proposta implica declaração de que o licitante possui pleno conhecimento das especificações técnicas, quantitativos, locais de entrega, condições de instalação e demais requisitos necessários à execução do objeto.

3.7. O valor estimado da contratação será divulgado no Edital, no Termo de Referência e nos documentos que compõem a fase preparatória do processo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.8. Embora o valor estimado da contratação seja inferior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração optou pela realização da licitação em ampla concorrência, nos termos do art. 49 da referida Lei Complementar.

3.8.1. A decisão fundamenta-se na necessidade de preservação da competitividade, ampliação do universo de potenciais fornecedores e mitigação do risco de licitação deserta, fracassada ou com preços superiores aos praticados pelo mercado.

3.8.2. Considerou-se ainda que a contratação envolve fornecimento de equipamentos, mobiliário corporativo, instalação especializada e disponibilização de solução de conectividade via satélite com atendimento em diferentes unidades da federação abrangidas pelo CREF8/AM-AC-RO-RR.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ofertado para o grupo de interesse, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta, observadas as disposições deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I – está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

II – cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;

III – sua proposta compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto;

IV – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

V – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

VI – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável.

4.3.1. O licitante declara possuir pleno conhecimento das especificações técnicas dos equipamentos, mobiliários e serviços de instalação previstos no Termo de Referência.

4.3.2. O licitante declara possuir capacidade operacional compatível com o fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração e garantia dos bens objeto da contratação.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.6. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas, o que ocorrerá somente após a abertura da sessão pública e a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança do acesso.

4.11. O licitante vencedor deverá apresentar proposta comercial readequada ao lance final ofertado, contendo a identificação do grupo disputado, especificação dos itens ofertados, marca, modelo, fabricante, prazo de garantia, prazo de entrega, valor unitário, valor total por item e valor total do grupo.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo para o qual o licitante estiver concorrendo.

5.5.1. O julgamento será realizado de forma independente para cada grupo, podendo um mesmo licitante ser vencedor de um ou mais grupos, desde que atenda às exigências previstas neste Edital e apresente a proposta mais vantajosa para a Administração.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá o **modo de disputa Aberto e Fechado**.

5.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

5.11.1. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os autores das ofertas com preços até

10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar lance final e fechado, em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.

5.11.2. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

5.11.3. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão do Pregoeiro durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Aplicam-se ao presente certame os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e sociedades cooperativas equiparadas, especialmente aqueles relacionados à regularidade fiscal tardia e aos critérios de desempate previstos na legislação.

5.17.1. Permanecem aplicáveis aos licitantes beneficiários as demais disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão observados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

5.21. O valor máximo aceitável para cada grupo corresponderá ao valor estimado pela Administração constante do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

5.22. A negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado for desclassificado ou não aceitar reduzir seu preço para valor compatível com o orçamento estimado.

5.23. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24. O resultado da negociação será registrado nos autos e divulgado aos participantes por meio do sistema.

5.25. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta ajustada ao lance final ofertado, acompanhada dos documentos complementares eventualmente necessários à confirmação das informações prestadas.

5.26. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo licitante antes do término do prazo inicialmente concedido.

5.27. O Pregoeiro poderá solicitar catálogos, fichas técnicas, manuais, folders, certificados, declarações do fabricante ou quaisquer outros documentos necessários à verificação da compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações constantes do Termo de Referência.

5.28. Após a negociação e análise da documentação complementar, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.29. DA ANÁLISE TÉCNICA DOS PRODUTOS OFERTADOS

5.29.1. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogos, fichas técnicas, manuais do fabricante, certificados, declarações ou documentos equivalentes que permitam verificar a conformidade dos produtos ofertados com as especificações constantes do Termo de Referência.

5.29.2. Os documentos deverão ser apresentados por meio do sistema eletrônico no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

5.29.3. A Administração poderá promover diligências junto ao fabricante, representante, distribuidor ou assistências técnicas autorizadas para confirmação das características técnicas dos produtos ofertados.

5.29.4. A não comprovação do atendimento às especificações mínimas exigidas no Termo de Referência poderá ensejar a desclassificação da proposta.

5.29.5. Quando necessário, a Administração poderá solicitar esclarecimentos complementares acerca das características técnicas dos produtos ofertados.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.11. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item **Erro! Fonte de**

eferência não encontrada. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.11.1. SICAF;

6.11.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponíveis no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União.

6.12. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.12.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.13. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.13.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.13.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.13.3. Constatada a existência de sanção impeditiva de participação ou contratação com a Administração Pública, o licitante será desclassificado ou inabilitado, conforme a fase processual em que a irregularidade for identificada.

6.14. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.15. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.15.1. Para fins de aceitabilidade da proposta, a Administração verificará a compatibilidade dos equipamentos, mobiliários e demais produtos ofertados com as especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência, podendo promover diligências para confirmação das características técnicas informadas pelo licitante.

6.15.1.1. No caso da solução de conectividade via satélite, a licitante deverá comprovar, quando solicitado pela Administração, que a solução ofertada contempla a disponibilização de plano de conectividade com vigência mínima de 12 (doze) meses, incluindo habilitação, ativação e manutenção do serviço durante todo o período contratado, sem custos adicionais ao CREF8.

6.16. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.16.1. conter vícios insanáveis;

6.16.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.16.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.16.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.16.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.18. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.18.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.18.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.19. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.19.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.19.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.19.3. A Administração poderá solicitar documentos técnicos, manuais, catálogos, folders, fichas técnicas, certificados, declarações do fabricante, cartas de garantia, comprovação de assistência técnica autorizada ou quaisquer outros elementos necessários à validação técnica dos produtos ofertados e à comprovação do atendimento das especificações constantes do Termo de Referência.

6.20. Erros materiais, falhas formais ou inconsistências sanáveis na proposta não constituirão motivo para desclassificação, desde que possam ser corrigidos sem alteração do valor ofertado, da competitividade do certame ou da substância da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital, devidamente assinado com autenticidade do ICP-Brasil.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.11.1.1. Quando solicitado pela Administração, o licitante deverá apresentar catálogos, manuais, fichas técnicas, certificados, declarações do fabricante, prospectos ou quaisquer outros documentos necessários à comprovação do atendimento das especificações constantes do Termo de Referência. Para o Grupo 02 – Solução de Conectividade via Satélite, a Administração poderá solicitar documentação do fabricante ou fornecedor do serviço que comprove a compatibilidade da solução ofertada com a exigência de disponibilização de plano de conectividade pelo período mínimo de 12 (doze) meses.
- 7.11.1.2. A Administração poderá solicitar amostras, catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados, declarações do fabricante ou quaisquer outros documentos necessários para comprovação da compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.
- 7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

7.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15.1. A Administração poderá promover diligências destinadas à validação das informações prestadas pelos licitantes, inclusive mediante consultas a clientes indicados em atestados de capacidade técnica, análise de documentação complementar, demonstrações técnicas ou outros meios legalmente admitidos.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no item 7.11.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 [cinco] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de até 05 [cinco] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 [cinco] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de até 05 [cinco] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, compreendendo o período necessário para fornecimento, entrega, instalação, montagem, ativação, testes, garantia e demais obrigações previstas no Termo de Referência.

8.5.1. Como condição para assinatura do contrato, a adjudicatária deverá indicar formalmente o preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, informando nome completo, telefone e endereço eletrônico para contato com a fiscalização do CREF8.

8.5.2. Antes do início das entregas, a contratada poderá ser convocada para reunião de alinhamento com a fiscalização contratual, visando definir cronograma de entrega, locais de instalação, procedimentos de recebimento, testes operacionais e demais providências necessárias à execução do objeto.

8.5.3. A contratada deverá realizar a entrega, montagem, instalação, configuração, ativação e testes operacionais dos equipamentos e da solução de conectividade nos locais indicados pela Administração, observando os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

8.5.4. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no certame.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.6.1. A consulta ao CADIN será realizada para fins de instrução processual e adoção das providências administrativas cabíveis, observada a legislação aplicável e os entendimentos dos órgãos de controle.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do sistema eletrônico utilizado para realização da licitação, do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), do Portal da Transparência do CREF8/AM-AC-RO-RR e dos demais meios disponibilizados pela Administração, observadas as restrições legais relativas à proteção de dados pessoais, sigilo legal e informações protegidas.
- 9.11. Os licitantes terão acesso aos documentos e elementos que fundamentarem as decisões da Administração, inclusive pareceres técnicos, diligências, análises de propostas, catálogos, fichas técnicas, manifestações da área demandante e demais documentos constantes dos autos, observadas as restrições legais relativas à proteção de dados pessoais, sigilo legal e demais hipóteses previstas em lei.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a apresentar os documentos necessários à contratação no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.6. fraudar a licitação;
- 10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 10.1.10. Divulgar, compartilhar, copiar, reproduzir, armazenar indevidamente ou permitir acesso não autorizado a documentos, informações institucionais, dados pessoais, informações técnicas, configurações de rede, credenciais de acesso ou bases de dados acessadas em razão da participação na licitação ou da execução contratual.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do contrato, conforme a fase em que a infração for constatada.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8, 10.1.9 e 10.1.10, a multa será de até 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação ou do contrato, conforme a fase em que a infração for constatada.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8, 10.1.9 e 10.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou apresentar os documentos exigidos para contratação, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, preferencialmente através do sistema Compras.gov.br, quando disponível, ou por intermédio do endereço eletrônico cpl@cref8.org.br, observadas as orientações constantes do Edital.

11.3.1. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão disponibilizadas no sistema eletrônico utilizado para realização da licitação, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do CREF8/AM-AC-RO-RR, passando a integrar os documentos do procedimento licitatório.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.7. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações, quando emitidas pela Administração, passam a integrar o Edital para todos os efeitos legais, vinculando a Administração e os licitantes.

11.8. Não serão conhecidos pedidos de esclarecimento ou impugnações apresentados fora dos prazos legais, por meio diverso do previsto neste Edital ou formulados por pessoa sem legitimidade para tanto.

11.9. Quando as impugnações ou pedidos de esclarecimento envolverem aspectos técnicos relacionados aos equipamentos, mobiliários, solução de conectividade via satélite, especificações de desempenho, requisitos de instalação, garantia, assistência técnica, certificações, compatibilidade tecnológica ou demais requisitos previstos no Termo de Referência, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá solicitar manifestação da área técnica competente para subsidiar a decisão.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente,

no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as constantes de seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital, salvo quando o próprio instrumento convocatório estabelecer expressamente a prevalência de documento específico.

12.9.1. Em relação às especificações técnicas, características dos equipamentos, requisitos de desempenho, garantia, assistência técnica, instalação, montagem, ativação, configuração, conectividade via satélite, testes operacionais e demais requisitos técnicos da contratação, prevalecerão as disposições constantes do Termo de Referência e de seus anexos técnicos.

12.10. O Edital, seus anexos, esclarecimentos, impugnações, comunicados e demais atos relacionados ao certame estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal da Transparência do CREF8/AM-AC-RO-RR e no sistema eletrônico utilizado para realização da licitação.

12.10.1. Os licitantes declaram ciência de que a execução contratual envolverá o tratamento de documentos institucionais e, eventualmente, dados pessoais protegidos pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo observar integralmente as disposições relativas à proteção de dados, segurança da informação, confidencialidade e sigilo previstas neste Edital, seus anexos e na legislação aplicável.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Especificações Técnicas dos Itens

ANEXO II – Planilha de Quantitativos e Locais de Entrega

ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Capacidade Operacional

ANEXO V – Modelo de Termo de Recebimento Provisório

ANEXO VI – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo

ANEXO VII – Matriz de Riscos da Contratação

ANEXO VIII – Estudo Técnico Preliminar – ETP

6. RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas apostas neste Edital e em seus anexos observam o horário oficial de Brasília/DF e possuem validade jurídica nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e demais normas aplicáveis aos processos administrativos eletrônicos.

INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA
Diretora Executiva do CREF8/AM-AC-RO-RR

Despacho: Aprovo o presente Edital, seus anexos e demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 17/2026, autorizando a abertura do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente.

LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO
Autoridade competente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A9E3-18B7-7B82-36E9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO (CPF 317.XXX.XXX-91) em 19/06/2026 09:47:39 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA (CPF 937.XXX.XXX-68) em 19/06/2026 09:51:42 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAROLINE FARIAS SOARES (CPF 948.XXX.XXX-63) em 19/06/2026 10:27:29 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DANIELLY CAVALCANTE SIQUEIRA (CPF 022.XXX.XXX-25) em 19/06/2026 11:29:06 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://crefam.1doc.com.br/verificacao/A9E3-18B7-7B82-36E9>